



As Crianças nos Propósitos de Deus

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ESTRUTURA BÍBLICO-TEOLÓGICA DA INFÂNCIA

O Centro de Retiros Casa Nazareth, em Buenos Aires, na Argentina, foi o lugar escolhido para o encontro de 46 líderes cristãos evangélicos entre os dias 13 e 15 de novembro de 2003. Teólogos, biblistas, educadoras e outros servos e servas das igrejas reuniram-se para a Consulta Latino-Americana e do Caribe Estrutura Bíblico-Teológica da Infância.

A reunião foi convocada pelos líderes das seguintes organizações: Compassion Internacional, Cristo para a Cidade Internacional, Missão Latino-americana, Conselho Latino-americano das Igrejas, Tearfund, Visão Mundial Internacional e Viva. Esta consulta faz parte das iniciativas do Movimento Juntos pela Infância¹ e origina-se da necessidade de aprofundar as bases bíblicas e alimentar um pensamento teológico que estimule e encaminhe o ministério das igrejas evangélicas em favor da infância.

O documento que apresentamos a seguir, sob o título “As crianças nos Propósitos de Deus”, é o fruto das contribuições e reflexões compartilhadas durante os dias da consulta em Buenos Aires e da Consulta Latino-americana Infância, Adolescência e Igreja, realizada em Heredia, na Costa Rica, em setembro de 2002. O seu propósito não é outro a não ser estimular reflexões mais profundas que possam ser a âncora de nossos compromissos de fé, tendo como base sólida a Palavra, além de uma reflexão teológica mais fiel e mais de acordo com o nosso contexto.

1. A infância e o Reino de Deus

1.1 Reino e plenitude de vida. Qual o propósito de Deus para as crianças? É possível obter a resposta quando a gente entender a proposta do Reino de Deus e a sua justiça (Mt 6.33), segundo foi anunciado por Jesus (Mc 1.14-15; Lc 4.18-19) e declarado na mensagem das Escrituras. Falar do reino é proclamar, juntamente com o Criador, a aspiração de vida plena para tudo e para todos, na qual a justiça reine, a esperança prospere e a paz seja possível.

1.2 O Reino, coração do evangelho. O Reino de Deus é a vontade do Pai; a causa que Jesus defendeu durante seu ministério na terra; é o coração do evangelho e deve ser mesmo a paixão dos crentes chamados pelo Espírito para anunciar as boas notícias do Messias “até os confins da terra” (At 1.8).² Neste Reino, as crianças têm um lugar fundamental (Lc 1.8).

1.3. O Reino e a realidade. Afirmar a importância das crianças nos propósitos de Deus e descrever os seus desejos de paz, igualdade, liberdade, dignidade, justiça, amor e respeito nos confronta com a dura realidade de nosso mundo. Nele, essas aspirações são-lhes negadas, enquanto a exclusão e o sofrimento parecem se impor de muitas maneiras ao desejo do Criador.

Existe então uma distância entre o reino desejado e a realidade; entre o propósito divino e a condição humana. Essa realidade exerce sua pressão de muitas formas sobre “os mais pequenos” e fracos deste mundo, dentre os quais podemos contar milhões de crianças. Ela contradiz um valor central do reino e constitui-se em desafio essencial para a igreja, de maneira particular na América Latina e no Caribe. Nessas regiões as cifras da pobreza, miséria e negação da vida nas suas múltiplas facetas fazem parte de nossa experiência diária.

2. Realidades do mundo, desafios da igreja

2.1 Empobrecimento e infância. A população da América Latina e Caribe supera os 400 milhões.³

Mais de 200 milhões vivem (ou sobrevivem) com 60 dólares ou menos mensais — apesar da grande riqueza natural e humana dos nossos países. Esta situação de pobreza e miséria faz com que mais da metade dos 190 milhões de crianças se transformem nas primeiras vítimas da desnutrição, da fome e do abandono, e, além disso, estejam expostas a todos os perigos — incluindo a morte — decorrentes de alguma dessas causas. Isso deve-se à discriminação pela idade, à qual adiciona-se cruelmente o aspecto étnico e o econômico. Em muitos casos essa população nem sequer possui o registro legal; assim sendo, os abusos e lesões físicas e psicológicas infringidos contra elas ficam na impunidade.

2.2 A infância em risco. Por volta de 20 milhões de crianças com menos de 15 anos de idade trabalham, freqüentemente em atividades de alto risco. A violência do meio exerce sobre elas uma espécie de atração, fato que, adicionado à rejeição do lar, as afasta de uma educação que lhes poderia permitir exercer os seus direitos na sociedade. Essa mesma violência as empurra à delinqüência, torna-as vítimas da indústria da droga e da exploração sexual comercial, e com dolorosa freqüência as leva ao suicídio.

2.3 Conflito armado e infância. Nos países onde subsistem conflitos armados, as crianças são utilizadas de maneira indiscriminada como escudos humanos ou como butim de guerra; isso quando não são vítimas inocentes das minas. Milhares de crianças, órfãs ou deslocadas de seus lares por causa da guerra, são obrigadas a exercer as responsabilidades de chefes de família quando ainda são muito pequenas.

Esses fatos que causam vergonha são repetidos cada dia em todo o continente e são infrações dos direitos da infância. Essas infrações acontecem apesar de, em 1959, o mundo todo ter admitido que a humanidade deve dar às crianças o melhor que puder, e, desde 1990, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança ter sido ratificada, ter-se feito o compromisso de pôr em prática o seu mandato.

2.4 Trabalho infantil. Considera-se que em países do terceiro mundo cerca de 28 milhões de crianças entre 6 e 18 anos trabalham. Uma de cada 5 crianças na América Latina trabalha. Estimativas da Organização Internacional do Trabalho indicam que na América Latina e no Caribe elas seriam mais de 7 milhões com idade entre 10 e 14 anos. Considerando que uma grande quantidade de crianças que trabalham tem menos de 10 anos, poderíamos calcular que o número total dessas crianças na região é de 15 a 20 milhões.

Crianças e adolescentes trabalham sem a proteção das sociedades, dos Estados nem das uniões sindicais. Quase todos desconhecem os seus próprios direitos: trabalham em condições de subordinação e exploração; sua remuneração é mais baixa, mesmo em casos de desempenho de tarefas iguais às do trabalhador adulto e com idêntica carga horária. Essa remuneração geralmente não é concedida em espécie, às vezes é só um lugar para morar e alimento; mas, freqüentemente, eles não recebem pagamento algum por seu trabalho, por causa da invisibilidade da situação. Isto é, todo o abuso ao qual a criança é submetida tende a ficar oculto na penumbra da estrutura social.

O baixo custo do trabalho infantil, bem como as outras formas de exploração que isso gera é uma outra característica universal a ser destacada. Além disso, a situação de pobreza das famílias faz com que elas vejam a criança como um recurso adicional para a obtenção da renda. Assim sendo, o trabalho infantil é efetuado principalmente no setor informal. O seu salário, muitas vezes representado em benefícios ou serviços (lugar para morar e alimento), é 30% ou 40% mas baixo que o salário dos trabalhadores adultos que fazem as mesmas tarefas em jornadas de trabalho de mesma duração.

2.5. HIV/Aids na população infantil. A pandemia do HIV/Aids é uma tragédia de grandes proporções que afeta de maneira crescente a infância. Por volta de 3 milhões de crianças estão afetadas pelo vírus da Aids. Mais de 14 milhões com menos de 15 anos de idade perderam um dos seus progenitores ou os dois por causa da Aids. Para 2010 estima-se em 25 milhões o número de órfãos por essa causa. No entanto, esse número representa somente uma pequena porção de todas as crianças cujas vidas têm sofrido as conseqüências da Aids em suas famílias, comunidades, escolas, sistemas de saúde e bem-estar social, bem como nas economias locais e nacionais. Com uma tendência crescente em muitas regiões do mundo, essa crise e seu impacto direto na infância persistirão durante décadas, mesmo se aumentarem os programas de prevenção e tratamento.

2.6 Desafios ao trabalho missionário. A terrível realidade que experimentamos estabelece urgentes desafios à tarefa missionária de nossas igrejas e organizações cristãs, como “povo exclusivo de Deus” (1 Pe 2.9). Se o propósito de Deus para as crianças é a vida em sua plenitude, o que mais nós somos capazes de fazer, e devemos fazer, para cooperar com Deus na realização de sua vontade? O que devemos e podemos fazer de forma que “seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6.10)?

3. Dignidade e direito

3.1 Sujeitos de valor e dignidade. As crianças são pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus e, portanto, são sujeitos de valor e dignidade. Como todo ser humano, sua dignidade deriva do ato soberano de Deus que é o seu criador (Gn 1.26-28). Os seus direitos, bem como o seu valor, não foram adquiridos nem concedidos por poder humano; originam-se de Deus e lhes são inerentes por criação. A Bíblia reconhece a fragilidade e a vulnerabilidade das crianças, mas não as considera menos valiosas nem as trata como pessoas incompletas.

3.2 Direitos para todos. É privilégio de todo ser humano ter uma relação com Deus, com seus semelhantes e com o mundo material que o cerca. O direito ao *relacionamento com o Criador* significa sua liberdade para professar, praticar e espalhar sua fé, liberdade de pensamento, palavra e consciência. O direito de *desfrutar da companhia humana* significa ser respeitado e estabelecer relacionamentos sem restrição de idade, linguagem, grupo étnico, gênero, origem nacional ou social, ou alguma outra condição. O direito a *ser parte da criação* implica a capacidade de participar dos recursos da terra, da vida, da saúde e da alimentação, dentre outros.

3.3 O Pai de órfãos e defensor de viúvas. Sempre que essa dignidade é negada ou reduzida por causa da injustiça e de outras demonstrações do pecado humano, Deus levanta a sua voz em defesa, e o seu povo o imita.

Desde o Antigo Testamento Deus sai em defesa dos mais vulneráveis do seu povo, como os órfãos, as viúvas e os estrangeiros (Dt 24.19-22). Deus chama, portanto, seu povo para que o honrem como “Pai dos órfãos e defensor das viúvas”, aquele que oferece “lar aos solitários, liberta os presos para a prosperidade” (Sl 68.5-6).

3.4 Os porta-vozes de sua vontade. O Senhor atende à voz dos que sofrem e estabelece leis em favor deles: “Não prejudiquem as viúvas nem os órfãos; porque se o fizerem, e eles clamarem a mim, eu certamente atenderei ao seu clamor” (Êx 22.22-23).

Deus, então, convoca seu povo para dignificar aos pequenos; Ele serve, com suas próprias ações, de modelo em favor deles. Os profetas do Antigo Testamento, como porta-vozes da vontade de Deus, clamaram pela justiça quando o povo tinha-se esquecido do pacto e transgredido a lei.

3.5. Bem-estar integral. São direitos das crianças a educação integral, a proteção, a ajuda, a recreação, a saúde, o alimento, a moradia e os serviços médicos, assim como o pleno desenvolvimento de sua personalidade (Lc 2.40).

O pleno bem-estar é descrito no Antigo Testamento como *Shalom*, implicando o bem-estar integral do ser humano. Foi anunciado pelos profetas (Is 65.20-25) e foi ratificado por Jesus em suas palavras: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham plenamente” (Jo 10.10).

4. A infância como metáfora do Reino

4.1 Sejam como as crianças: O Reino de Deus é fruto da graça e como tal deve ser recebido, como o recebem as crianças, “pois o Reino de Deus pertence aos que são semelhantes a elas. Digo-lhes a verdade: Quem não receber o Reino de Deus como uma criança, nunca entrará nele” (Mc 10.14-15). Jesus também ensina que “quem recebe uma destas crianças em meu nome, está me recebendo” (Mt 18.5). A participação cidadã no Reino de Deus implica uma condição de ser como elas, capazes de estender as suas mãos generosas para dar sem limite e receber todo o que precisar sem pretensões egoístas.

4.2 A grandeza do pequeno. Em uma outra parte dos evangelhos (Mt 18.1-5; Mc 9.33-37; Lc 9.46-48; Mc 10.13-16; Mt 19.13-15; Lc 18.15-17), perante a questão dos discípulos no que diz respeito à importância no Reino dos céus (Mt 18.1), Jesus responde que a grandeza verdadeira é a capacidade de se encontrar com o pequeno, neste caso ilustrado pelas crianças. Elas são a metáfora do Reino e o melhor exemplo do pequeno (Mt 18.2). No Reino dos céus a importância não se obtém pela grandeza, como acontece no mundo.

Na infância, então, nós achamos tanto o paradigma do pequeno quanto a representação simbólica e eloqüente daqueles que são vistos pelo mundo como insignificantes e excluídos; no entanto, no Reino eles são aceitos e representam a presença de Jesus. As crianças, então, tornam-se a imagem de outra realidade mais ampla, “pois aquele que entre vocês for o menor, este será o maior” (Lc 9.48).

4.3 O Reino chegou: A recepção amorosa de Jesus para as crianças demonstra que o Reino de Deus se aproximou. Ele as abraça, as cura e as chama de cidadãos do Reino. “Em seguida, tomou as crianças nos braços, impôs-lhes as mãos e as abençoou” (Mc 10.16). Os fracos e vulneráveis, os excluídos e desprezados são aceitos e recebem ainda, como presente, a entrada no Reino de Deus, “porque o Reino de Deus está entre vocês” (Lc 17.21).

4.5 Em favor da infância. Jesus faz uma advertência contra aqueles que escandalizam os pequenos (Mt 18.6-9). Essa advertência deveria encorajar a crítica cristã contra a sociedade e os sistemas negligentes em providenciar a segurança, a educação e as oportunidades às quais as crianças têm direito. Tal crítica deve se orientar para exigir um uso responsável dos meios de comunicação, cujo conteúdo moralmente escandaloso deforma a integridade de nossas crianças.

Os ensinamentos do Mestre devem motivar esforços para promover a mudança das estruturas e legislações que tenham como alvo salientar e reconhecer o valor da nossa infância.

5. Conversão à infância

5.1. Sinal e paradigma: O povo de Deus, como sinal e paradigma do Reino, é chamado a seguir os passos de Jesus (1 Jo 1.6) e a testemunhar o cuidado, a proteção, a defesa, a recepção e o

compromisso de solidariedade para com as crianças. A igreja fiel à sua condição de “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5.13-16) é convocada pelo Senhor para exercer a sua função de profeta da justiça, embaixadora da vida, artesã da paz, canal de solidariedade; e tudo isso de maneira particular com os pequenos (Lc 4.18-19; 1 Pe 2.9-10).

Assumir esse compromisso demanda conversão à infância e, especialmente, aos pequeninos deste mundo (Mt. 25.40).

5.2 Para entrar no Reino. Jesus, juntamente com a conversão em favor das crianças, convida-nos a transformarmo-nos em crianças, sendo que esse é um requisito indispensável para entrar no Reino dos céus. “E [Jesus] disse: ‘Eu lhes asseguro que, a não ser que vocês se convertam e se tornem como crianças, jamais entrarão no Reino dos céus’” (Mt 18.3).

5.3 Voltar para a infância. A tarefa educadora e pastoral da igreja, especialmente no que diz respeito à sua reflexão teológica, poderia enriquecer-se a partir de um novo paradigma hermenêutico que veja a criança como modelo do Reino. Voltar-se para a infância é permitir-se compreender melhor a Deus e descobrir seus novos rostos. O Deus alegre, o Deus que brinca, o Deus criança (pequeno) que faz aliança com os mais fracos, o Deus terno que nos convida a achar refúgio sob suas asas (Lc 13.34; Is 66.12-13) e achar descanso. O Deus poeta que descobre seu rosto livre e criativo e liberta-nos de nosso excesso de prosa racional, o Deus menino (Is 9.6) que se nos apresenta como libertador e príncipe de paz.

6. Boas notícias para a infância

6.1 Chamadas para segui-lo. As crianças precisam receber o convite, reconhecer e aceitar o senhorio salvador de Cristo. A igreja é chamada a anunciar-lhes a necessidade de um encontro pessoal com o Cristo vivo através da intervenção do Espírito Santo para receber o seu perdão e aceitar o chamado ao discipulado e a uma vida de serviço. É privilégio de cada criança escutar a Boa Notícia de Jesus.

6.2 Proclamação integral. A evangelização das crianças é tarefa inevitável da igreja. Nada nem ninguém a deve impedir: “Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam” (Lc 18.16).

Evangelizar é afirmar o nome de Deus na pessoa de Cristo como único Salvador e Senhor da História (At 4.12); as crianças necessitam afirmá-lo. É também convidar todos à fé e ao arrependimento (At 3.19); e as crianças necessitam dessa oportunidade. É oferecer um convite aberto a participarem da missão de Jesus (Mc 1.17); e as crianças também estão convocadas. É envolver, pela ação soberana do Espírito, a homens e mulheres na luta do Reino da vida contra o exército de mal e da morte (Rm 12.2, 21; Am 2.6-7).

6.3 Pecado e reconciliação: As crianças participam da mesma condição pecaminosa de todos os seres humanos (Rm 3.23). Nas Escrituras não há lugar para descrições de inocência moral; pelo contrário, nela é reconhecida que “a insensatez está ligada ao coração da criança” (Pv 22.15) e desde a infância o ser humano participa da maldade comum. Essa condição pecaminosa afasta as crianças de Deus, de seus semelhantes e da natureza. Manifesta-se em formas individuais e corporativas, bem como na escravidão de sua vontade humana, assim como nas estruturas sociais, políticas e econômicas. A Igreja recebeu o mandamento de anunciar, também às crianças, o perdão do pecado e um novo começo nas relações com Deus e com seus semelhantes através de Jesus (Mt 28.19-20; Mc 16.14-18; Lc 24.44-49; Jo 20.19-23; 2 Co 5.17-21).

7. Educação e protagonismo

7.1 Desde o ventre da mãe. Declarar que as crianças precisam também reconhecer o senhorio salvador de Jesus não implica desconhecer que elas têm direito, desde antes de seu nascimento, a desfrutar de uma relação com Deus como seu Criador.

“Tu criaste o íntimo do meu ser e me teceste no ventre de minha mãe. Meus ossos não estavam escondidos de ti quando em secreto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos viram o meu embrião” (Sl 139.13, 15-16). Esse encontro com Deus desde “o ventre de minha mãe” é o ponto de partida da *espiritualidade cristã* e encerra profundas conotações para a tarefa educacional da fé e o processo de discipulado das crianças.

7.2 Ministério de ensino. A Igreja, em razão de seu mandato missionário, tem o chamado de cumprir com a infância uma tarefa educacional, entendendo-se a educação cristã de forma integral e reconhecendo a sua verdadeira dimensão evangelizadora. A proclamação do evangelho fica incompleta se não vai acompanhada com uma formação discipular permanente (Mt 28.20). Por sua vez, ela inclui também o desenvolvimento integral da personalidade.

Em uma sociedade em que os meios de comunicação tentam manipular as crianças com valores que se opõem ao Reino de Deus utilizando os recursos técnicos e psicológicos mais avançados, a tarefa educativa das igrejas exige clareza pedagógica, criatividade metodológica e um grande investimento de recursos materiais e humanos.

7.3 Ser comunitário e familiar: Na ordem social concebida à maneira do Reino, a família exerce um papel importante como instituição formadora do caráter das crianças. Os pais e as mães são sócios de Deus na educação integral dos filhos e filhas (Dt 6; Ef 6.1-4). Esse lugar que a Bíblia chama de casa — *bayit* em hebraico — salienta o senso comunitário da educação e é onde são equilibradas a coisa coletiva e a individual, sendo o lar seu eixo principal (Dt 6.4-9).

7.4 Colaborar com Deus. A formação cristã das crianças tem como intuito permitir e animar a sua participação como colaboradoras ativas dos propósitos de Deus no mundo, bem como desenvolver seu pleno potencial como seres humanos criados à imagem e semelhança do Criador. O Senhor as leva em conta, as convida a participar de sua tarefa redentora do mundo e as chama de cidadãos do Reino. Dessa perspectiva, as crianças são a esperança do amanhã e a promessa do presente. Elas não são objetos passivos da missão de Deus no mundo, mas agentes com plenos direitos de participação. Elas são protagonistas centrais da história e não somente espectadoras.

7.5 Presentes na história. Protagonismo infantil é uma das facetas relevantes do relato bíblico; veja alguns exemplos do Antigo Testamento: Deus fala através de um rapaz (1 Sm 3.1-21); os mais pequenos têm poder espiritual em seus cânticos e orações (Sl 8.1-9); uma menina interfere na saúde de Naamã (2 Rs 5.2-3); um rapaz aparece no centro da promessa messiânica (Is 9.6). Meninos são convidados a participar da missão profética do povo de Deus (Jr 1.6); crianças testemunham episódios importantes de reconciliação (Gn 33.1-7); são incluídos nas alianças de Deus (Gn 12-15; Êx 19); são consagradas desde pequenas para o serviço de Deus (1 Sm 1.22-28); juntamente com os jovens e os adultos estão presentes nos momentos cruciais do povo (2 Cr 20.13; Ed 10.1; Jl 2.16). Um menino é instituído rei aos oito anos de idade (2 Rs 22.1); deles é dito que Deus estabelece sua fortaleza “para silenciar o inimigo que busca vingança” (Sl 8.2). Na visão do Criador as crianças são agentes de transformação e protagonistas em seu Reino.

8. Em síntese

8.1 Tarefa teológica. À teologia cumpre, dentre outros, a tarefa fundamental de iluminar a peregrinação da Igreja e assinalar os aspectos nos quais ela falha, não sendo mais Igreja de Deus. Essa perspectiva orientou a edição deste documento. Considerando a realidade social, política e religiosa da América Latina e do Caribe, surgiu a seguinte questão: **Qual o propósito de Deus para nossas crianças?** As respostas obtidas não finalizam a questão: são passos iniciais que podem servir como referência para se aprofundar na tarefa. O assunto assim o merece. Mas essas primeiras respostas levam a uma segunda e mais urgente questão: **Qual a responsabilidade das igrejas para com as crianças?** Para responder é preciso fidelidade e obediência.

8.2 A compaixão de Deus. A teologia bíblica oferece ricas e suficientes amostras da compaixão de Deus para com as crianças. Elas têm sido envolvidas nos seus planos de redenção. O *Shalom*, entendido como o bem-estar integral, é o resumo do sonho de Deus para elas; um sonho que foi confirmado durante o ministério de Jesus, o Messias, e que terá a sua conclusão na consumação do Reino, quando já não haverá “uma criança que viva poucos dias, e um idoso que não complete os seus anos de idade; quem morrer aos cem anos ainda será jovem” (Is 65.20). Esse Reino futuro já está perto de nós. Não temos dúvida alguma, visto que o Messias tão aguardado abençoou as crianças, abraçou-as, convidou-as e chamou-as de cidadãs do Reino: “Deixem vir a mim as crianças, não as impeçam; pois o Reino de Deus pertence aos que são semelhantes a elas.” (Mc 10.14).

8.3 Nossa tarefa. À luz do acima exposto, qual a responsabilidade das igrejas? Elas são chamadas a cumprir uma *tarefa profética* no que diz respeito à defesa e promoção dos direitos das crianças. Na América Latina e no Caribe esta é uma tarefa que não pode esperar. As igrejas também têm sob sua responsabilidade uma *tarefa pedagógica* que coloque os mais pequeninos como sujeitos ativos e protagonistas centrais da atuação de Deus na História. Dentre uma crescente e desumana exclusão dos mais fracos, o Senhor nos convida a viver de modo radical os princípios da inclusão, a solidariedade e o respeito. Essa tarefa pedagógica exige igualmente mudar para um modelo que permita que as crianças *falem conosco de sua verdade* da parte do Senhor e nos mostrem o caminho do Reino (Mt 18.5). Também, as igrejas têm uma *responsabilidade kerigmática*, compreendida como o anúncio — com vida, obras e palavras — de todo o propósito de Deus (At 20.27) e a proclamação às crianças das boas notícias de redenção, perdão e reconciliação em Cristo (Mc 1.15).

A missão da Igreja é proclamar as boas notícias do Reino, ser uma comunidade paradigmática que encarne os valores desse Reino, e cooperar com Deus para que os seus propósitos de plenitude de vida para todas as crianças sejam realidade aqui e agora (Jo 10.10).

“Os menininhos, mesmo antes de que tenham dito a sua primeira palavra, falam com clareza e insistência da liberalidade de Deus para com a raça humana.” (*João Calvino*)

Notas

1. O Grupo de Trabalho Bíblico-Teológico do Movimento Juntos pela Infância, constituído por Enrique Pinedo, da Compassion Internacional, Harold Segura, da Visão Mundial Internacional e Joan Figueroa, do Conselho Latino-americano de Igrejas, foi o encarregado de coordenar a consulta e o processo de acompanhamento.
2. Todas as citações bíblicas são da Nova Versão Internacional, NVI, Sociedade Bíblica Internacional, 1999.
3. Ver: *Manifiesto por la infancia y la adolescencia de América Latina y el Caribe*, da Comissão pela Infância e Adolescência. México, 1999. Também: Estatística da OIT sobre a realidade do trabalho infantil na América Latina.